

**Violência nas relações homossexuais:  
A face oculta da agressão na intimidade**

Laura Gil Costa, Carla Machado, & Rute Antunes  
(Escola de Psicologia, Universidade do Minho)

Este estudo foi conduzido no âmbito do projecto "Violence in juvenile dating relationships" (PTDC/PSI/65852/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Toda a correspondência sobre este artigo deverá ser remetida para: Carla Machado. Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia. Campus de Gualtar. 4710 - Braga. Telf: 253604267; Fax: 253678987; e-mail: [cmachado@iep.uminho.pt](mailto:cmachado@iep.uminho.pt)

## Resumo

O presente estudo teve como finalidade estudar a prevalência da violência nos relacionamentos homossexuais. Para tal, foi recolhida uma amostra de 151 participantes, com idades compreendidas entre os 15 e os 60 anos (média 29 anos), 64.2% mulheres e 35.8% homens. Estes sujeitos responderam a uma versão adaptada do Inventário de Violência Conjugal (IVC-3, Costa & Machado, 2007), criada especificamente para o presente estudo. Este instrumento avalia os comportamentos de violência física, emocional e sexual, ocorridos no contexto da relação íntima homossexual.

Relativamente ao ano anterior ao estudo, 35.1% dos participantes relatam ter sido vítimas de pelo menos um acto de violência emocional, 24.5% admitem ter sido fisicamente agredidos/as pelo parceiro/a pelo menos uma vez e 3.3% revelam ter sofrido de violência sexual pelo/a companheiro/a, em pelo menos uma ocasião. No outro pólo, 30.5% dos inquiridos revelam ter perpetrado pelo menos um acto de violência emocional sobre o seu/sua companheiro/a, sendo que 24.5% relatam ter sido autores/as pelo menos de um acto de violência física, e 0.7% relatam ter cometido pelo menos um acto de violência sexual para com o/a parceiro/a.

Os resultados obtidos permitem concluir que a prevalência de violência nas relações íntimas homossexuais apresenta valores tendencialmente mais elevados do que a prevalência deste fenómeno em díades heterossexuais. Na discussão deste estudo são apresentadas algumas hipóteses explicativas dos resultados obtidos, que se prendem com as dinâmicas relacionais específicas dos casais homossexuais e com as pressões sociais exercidas sobre estes relacionamentos. Concluimos apresentando algumas orientações para a investigação futura sobre o tema, como, por exemplo, a necessidade de desenvolver *designs* metodológicos mais robustos, que permitam compreender com mais exactidão as semelhanças e diferenças intergrupos na experiência de violência íntima.

**Palavras-chave:** homossexualidade, violência, intimidade, homofobia

**Abstract**

This study aimed to examine the prevalence of violence in homosexual relationships. A sample of 151 participants, aged from 15 to 60 (mean age 29 years old), 64.2% female and 35.8% male, answered to an adapted version of the Marital Violence Inventory (IVC-3, Costa & Machado, 2007). This instrument evaluates the occurrence of physical, emotional and sexual violence in the context of intimate homosexual relationships.

Regarding the year previous to the study, 35.1% of the participants reported to have been victims of at least one act of emotional violence, 24.5% admitted that they have been physically abused by their partners at least once and 3.3 % reported to have suffered sexual violence by their partners, at least at one occasion. On the other side, 30.5% respondents admitted to have perpetrated at least one act of emotional violence towards their partners, 24.5% reported to have used, at least on one occasion, physical violence against their partners, and 0.7% reported to have perpetrated sexual violence.

These results show that the prevalence of violence in homosexual intimate relationships tends to present higher values than the prevalence of this phenomenon in heterosexual dyads. In the discussion of this study some explanatory hypotheses of these results are presented, relating to the relational dynamics of homosexual relations and to the social pressures exerted upon these relationships. We conclude suggesting some guidelines for future research on this topic, such as the need to develop more robust methodological designs that would allow a more precise understanding of intergroup similarities and differences in the experience of intimate violence.

**Key-Words:** homossexuality, violence, intimacy, homophobia

## **Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade**

### **1. Introdução**

#### 1.1. A prevalência da violência nas relações homossexuais

Apesar do crescimento exponencial a que temos vindo a assistir, desde os anos 70, da investigação sobre a violência conjugal (Jasinski & Williams, 1998), há “dimensões da violência nas relações íntimas consideravelmente inexploradas” (Machado, Matos, & Moreira, 2003, p.70). Um destes fenómenos é a violência exercida nas relações homossexuais, que tem sido largamente negada ou ocultada (Curren, 1992), tanto pela comunidade *gay* (que teme reforçar estereótipos negativos associados às relações homossexuais) como pela maioria dos investigadores da área, uma vez que este fenómeno vem questionar o pressuposto feminista de que a violência é fruto do sexismo e de relações de género desiguais (Nunan, 2004).

De facto, só nos anos 80 é que *gays* e lésbicas “saíram do armário” e começaram a contar as suas histórias de violência (cf. Curran & Renzetti, 1992). Num dos primeiros estudos publicados sobre este tema, Brand e Kidd (1986) compararam a violência física sofrida por mulheres em relações heterossexuais e por mulheres em relações homossexuais. Os resultados demonstraram que, no que se refere aos agressores, os homens em relações heterossexuais haviam cometido mais actos violentos do que as mulheres lésbicas (respectivamente, 76% e 50.1% de perpetração). No entanto, no que se refere às vítimas, os resultados obtidos foram muito semelhantes, sendo que um total de 25% das mulheres lésbicas questionadas revelaram que tinham sido fisicamente abusadas pelas suas companheiras, enquanto 27% das mulheres heterossexuais relataram o mesmo tipo de abuso. Concomitantemente, 7% das mulheres lésbicas assumiram ter sido alvo de violência sexual pelas suas parceiras íntimas, enquanto 9% das mulheres heterossexuais relataram ter sofrido esse comportamento por parte dos companheiros.

Neste mesmo sentido, Nunan (2004) refere que nos Estados Unidos a violência doméstica entre casais homossexuais ocorre aproximadamente em 12% a 39% dos relacionamentos (Bologna, Waterman, & Dawson, 1987), o que é idêntico às estimativas de violência sofrida por mulheres heterossexuais (Strauss & Gelles, 1990, cit. Nunan, 2004).

Vários outros estudos confirmam a elevada prevalência da violência nas relações homossexuais femininas. Assim, por exemplo Lie e Gentlewarrier (1991), numa amostra de 1099 lésbicas, verificaram que 50% das inquiridas relatava pelo menos um episódio de violência. No que concerne à violência íntima entre casais de homens *gays*, poucos são os autores que se arriscaram a estimar a prevalência (West, 1998), uma vez que esta é uma dimensão da violência doméstica ainda mais encoberta. Contudo, os poucos estudos disponíveis com esta população corroboram também a sua elevada prevalência. Freedner, Freed, e Austin (2002), por exemplo, com uma amostra de 101 adolescentes *gays*, verificaram que 44.6% admitiam já ter experimentado abuso numa relação íntima, sendo que 20.8% revelavam já ter sido vítimas de violência emocional, 13.9% de violência física e 6.9% de violência sexual. Dados semelhantes foram também encontrados num estudo de Bryant e Demian (1994), em que, de uma amostra de 560 casais *gays*, 31% dos participantes relataram episódios de violência íntima, sendo que 16% admitiram já ter sido vítimas de maltrato emocional, 11% de violência física e 7% de violência sexual.

No único estudo realizado em Portugal sobre violência entre parceiros do mesmo sexo (Antunes & Machado, 2005), utilizando uma amostra de 63 participantes (48 mulheres lésbicas e 15 homens *gays*), verificou-se que 20.6% dos envolvidos admitiam ter sido vítimas de violência na relação actual, enquanto 15.9% assumiam ter adoptado comportamentos violentos para com o parceiro. Relativamente a relacionamentos passados, 61.9% dos participantes mencionavam comportamentos de vitimação pelo parceiro, enquanto 46% admitiam ter usado de violência contra o companheiro.

Estas investigações são fundamentais para a compreensão do fenómeno da violência nas relações homossexuais, uma vez que claramente demonstram que *gays* e lésbicas utilizam frequentemente a violência como estratégia de resolução de conflitos (Hansen & Harway, 1993). No entanto, é impossível conhecer com rigor a extensão deste fenómeno (Curran & Renzetti, 1992), atendendo ao escasso número de estudos sobre o tema. A crença de que este tipo de agressão ocorre apenas entre casais heterossexuais e que o homem é sempre o agressor leva a que os estudos realizados sobre a população homossexual tendam a negligenciar os aspectos relacionados com a violência doméstica (Nunan, 2004). Por sua vez, os poucos estudos publicados utilizam, como vimos, amostras pequenas e não representativas (Renzetti, 1992), dificultando também o conhecimento fundamentado sobre esta matéria.

## 1.2. Semelhanças e especificidades da violência nas relações homossexuais

Na sociedade actual, a homossexualidade continua a ser alvo de estigma e preconceito, verificando-se uma sobrevalorização da investigação das diferenças entre a violência homossexual e heterossexual, em detrimento das características que as tornam semelhantes (Merril, 1998). Efectivamente, e ressalvando a existência de algumas diferenças sobretudo no que se refere ao género dos envolvidos, o fenómeno da violência doméstica entre parceiros do mesmo sexo parece ser em tudo idêntico à violência entre casais heterossexuais (Curran & Renzetti, 1992; Merrill, 1998).

Assim, as relações maltratantes entre parceiros do mesmo sexo tendem a assumir a mesma forma, padrão, frequência, severidade, impacto e motivação que a violência doméstica heterossexual (Merril, 1998), envolvendo maus-tratos físicos, isolamento social, injúrias, violência sexual e abuso emocional (Gelles, 1997). Do mesmo modo, outros autores (Lockhart, White, Causby, & Isaac, 1994) verificaram que, tal como nas relações heterossexuais, os desequilíbrios de poder entre os parceiros íntimos e as lutas de poder pelo controlo da relação estão fortemente associadas à etiologia da violência doméstica entre *gays* e *lésbicas*.

À semelhança das vítimas heterossexuais, também as vítimas homossexuais relatam que a violência sofrida não é um incidente isolado mas sim um padrão de eventos que se repete de forma cíclica, tornando-se, tendencialmente, cada vez mais severos (Renzetti, 1992). Em casos mais graves, as formas menores de violência começam a assumir contornos cada vez mais severos e frequentes, levando a agressões cada vez mais violentas que podem mesmo culminar no homicídio do parceiro (Nunan, 2004).

No que concerne às respostas exibidas pelos membros do casal, estas são também semelhantes em indivíduos homossexuais e heterossexuais. Com efeito, Walsh (1996) esclarece que a vítima se sente isolada, vulnerável e presa à relação, tentando trivializar as situações de violência. Deste modo, o parceiro vitimado tenta justificar o comportamento do agressor, acabando por se convencer de que a conduta violenta perpetrada pelo companheiro é, de algum modo, culpa sua e que, como tal, poderia ter sido evitada por si (Walsh, 1996). Quanto ao agressor, este nega frequentemente a sua responsabilidade pela violência, culpando a vítima ou a situação pela ocorrência daquela, podendo, inclusive, negar a própria existência do comportamento violento (Nunan, 2004).

Não obstante as semelhanças supracitadas, uma importante diferença entre a violência doméstica perpetrada entre casais heterossexuais e homossexuais refere-se ao preconceito vivenciado por *gays* e *lésbicas*. De acordo com vários autores (Merril, 1998; Walsh, 1996;

West, 1998), o controlo homofóbico parece “colorir” todas as dimensões da violência íntima, desde a sua etiologia ao seu impacto, passando pela forma como pode ser exercida (e.g., *outing*).

Nunan (2004, p.5) define preconceito sexual como “as atitudes negativas direccionadas a um determinado indivíduo (ou grupo) por causa da sua orientação sexual”, podendo ser institucionalizado (no qual determinados indivíduos ou estruturas sociais discriminam os homossexuais) ou internalizado (surge quando o próprio sujeito teme, odeia e rejeita a sua homossexualidade).

No que concerne ao preconceito sexual institucionalizado, vários estudos sugerem que os homossexuais são profundamente discriminados em diversos sectores da sociedade, incluindo no ambiente familiar, no acesso a trabalho e morada, em locais públicos, e em instituições escolares e diversos órgãos governamentais, tais como o exército e a polícia (Helena, 1999). A transversalidade deste preconceito contribui para a invisibilidade do fenómeno da violência nas relações homossexuais, uma vez que o medo da rejeição da família, aliado à falta de experiência e viés que as instituições apresentam nestes casos (e.g., polícia), dificultam a procura de apoio externo pelas vítimas (Nunan, 2004).

Relativamente ao preconceito sexual internalizado, este verifica-se quando os membros do grupo-alvo tendem a aceitar um estereótipo que é muito forte e pernicioso, incorporando-o no seu auto-conceito e permitindo que sentimentos negativos relativos à sua própria orientação sexual sejam generalizados para o *self* (Nunan, 2004). O preconceito sexual internalizado pode manifestar-se através de questionamentos sobre o seu valor enquanto indivíduo, ou chegar mesmo ao sentimento de ódio por si mesmo, o que pode resultar em depressão, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldade em estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, abuso de álcool ou drogas, distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida (McKirnan & Peterson, 1989).

Este preconceito internalizado vai funcionar como um potencial factor de *stress* nas relações homossexuais, afectando tanto o agressor como a vítima. Assim, para o agressor, o preconceito pode estar na origem de uma baixa auto-estima ou sentimento de inadequação sexual, que o sujeito procura compensar através da subjugação do parceiro (Byrne, 1996, cit. Nunan 2004). No caso da vítima, o preconceito sexual vai funcionar como um legitimador da violência sofrida, uma vez que o indivíduo acredita que é merecedor ou até mesmo culpado da violência e que esta surge como um “castigo” face à sua orientação sexual “doentia” e “perversa” (Nunan, 2004).

Uma outra diferença entre a violência hetero e homossexual refere-se a uma forma específica de abuso emocional característica das relações homossexuais, o *outing* ou ameaça de *outing* (Gelles, 1997; West, 1998). Esta tática de controlo e intimidação é descrita como a revelação (ou ameaça de revelação) indesejada da orientação sexual do parceiro se este tentar abandonar a relação (Wilson, 1997). Dada a homofobia social a que *gays* e lésbicas são constantemente sujeitos, o *outing* pode resultar na perda de emprego, abandono de familiares e amigos (Curran & Renzetti, 1992) ou até mesmo na perda de custódia de um filho de uma relação heterossexual anterior (Wilson, 1997). Deste modo, os agressores usam a discriminação e preconceito social como uma forma bastante eficaz de domínio e subjugação do parceiro (West, 1998). A ameaça de *outing* parece ser muito comum entre casais homossexuais. Com efeito, num estudo de Renzetti (1992), 21% das mulheres batidas declararam que as suas companheiras já as tinham ameaçado de revelar a sua orientação sexual.

Finalmente, um outro factor particular ao fenómeno da violência doméstica entre casais homossexuais prende-se com o estatuto do vírus HIV, sendo que este funciona como um poderoso elemento despoletador da violência e impede, frequentemente, o abandono do parceiro agressor por parte da vítima (Letellier, 1994). De acordo com alguns estudos (Merril & Wolfe, 2000, cit. Nunan, 2004), os homens *gay* HIV positivos possuem maiores probabilidades de serem maltratados física e psicologicamente pelos seus companheiros, nomeadamente através da ameaça de revelação da seropositividade do parceiro e da restrição do acesso a medicação e serviços médicos. Por sua vez, a vítima HIV positiva também se pode manter na relação abusiva por medo de desenvolver SIDA e morrer sozinha (Nunan, 2004). Já quando o agressor é HIV positivo, o parceiro pode sentir-se culpado por o abandonar ou interpretar a violência como consequência da doença ou efeito secundário dos medicamentos (Curtis, 2002, cit. Nunan, 2004). No mesmo sentido, por vezes, o agressor HIV positivo finge sentir-se doente para evitar que o parceiro o abandone ou para o persuadir a regressar à relação para cuidar de si. Em casos mais graves, as investigações indicam que é possível que o agressor contamine, deliberadamente, o seu parceiro, para evitar que este termine a relação e o abandone (Letellier, 1994).

### 1.3. O silêncio das vítimas homossexuais

Tal como as mulheres heterossexuais vítimas de violência conjugal, também os indivíduos agredidos em relações homossexuais têm bastante dificuldade em abandonar as relações abusivas e em admitir a violência a que são sujeitos diariamente (Curran & Renzetti,



1992). Tal como as mulheres heterossexuais batidas, os/as gays e lésbicas maltratados/as apontam como motivo de não abandono da relação abusiva o facto de amarem os parceiros e acreditarem que estes podem mudar. Efectivamente, investigações efectuadas revelam que *gays* e lésbicas possuem um elevado nível de intimidade e ligação aos seus parceiros, revelando “um compromisso pessoal profundo para com estes e para com a relação” (Curran & Renzetti, 1992, p.245).

Habitualmente, um relacionamento íntimo, quer seja homossexual quer heterossexual, contempla também rendimentos, negócios e aquisições conjuntas, pelo que o abandono do parceiro maltratante poderia traduzir-se numa perda financeira significativa ou até mesmo no abandono da própria casa e bens partilhados (Curran & Renzetti, 1992). Assim, as investigações realizadas indicam que é frequente que *gays* e lésbicas se sintam economicamente “encurralados” nas relações abusivas, uma vez que gastaram os seus recursos financeiros durante a relação e, em caso de abandono do relacionamento, vêm-se sem meios de subsistência (Curran & Renzetti, 1992). Ao mesmo tempo, habitualmente, parceiros do mesmo sexo partilham os amigos mais próximos e ao revelar a violência perpetrada pelo companheiro temem, por um lado, envergonhar o parceiro perante os amigos comuns e, por outro, receiam que os amigos tomem partido pelo agressor (Wilson, 1997).

Como anteriormente mencionado, os comportamentos preconceituosos e o estigma associado à homossexualidade constroem também as vítimas de denunciar publicamente a sua vitimação (Gelles, 1997). De facto, muitos homens e mulheres homossexuais evitam contar aos familiares o abuso, uma vez que estes desconhecem a sua orientação sexual ou desaprovam a sua homossexualidade. Deste modo, ao revelarem a violência sofrida no seio da relação íntima, *gays* e lésbicas estariam a reforçar as visões negativas e hostis que os familiares possuem das relações homossexuais, chegando mesmo a preferir manter um relacionamento íntimo violento, a permitir comentários do tipo “eu bem te avisei” por parte daqueles (Renzetti, 1992).

Finalmente, embora tipicamente lésbicas e *gays* encontrem apoio emocional na comunidade homossexual (Wilson, 1997), estes também temem ser ignorados ou postos de parte pelos membros desta comunidade, uma vez que estes evitam admitir a existência da violência entre parceiros do mesmo sexo (Rossman, Hughes, & Rosenbery, 1999). Assim, nestes casos podemos verificar que os mitos acerca dos relacionamentos íntimos entre casais homossexuais (e.g., paridade, ausência de diferenças de poder) acabam por ser internalizados pelos próprios, influenciando a não revelação da situação abusiva. Do mesmo modo, muitas vítimas não pedem ajuda a outros *gays* e lésbicas uma vez que podem encontrar-se

geograficamente isoladas da comunidade, desconhecer a sua existência ou temer as consequências da denúncia. Por estes motivos, tendem a ver o companheiro como o seu único sistema de suporte. Adicionalmente, como a comunidade homossexual tende a ser bastante pequena, mesmo nas grandes metrópoles, a confidencialidade e anonimato frequentemente não podem ser garantidas (Wilson, 1997).

Todos estes factores contribuem para uma “conspiração do silêncio” que faz com que a violência entre casais do mesmo sexo se transforme num “segundo armário” (Nunan, 2004, p.13) do qual parece ser quase impossível as vítimas saírem.

#### 1.4. Mitos e estereótipos sobre a violência nas relações homossexuais

Esta parca visibilidade do problema deve-se, em parte, à ideia estereotipada de que apenas os homens são agressores e somente as mulheres são vítimas de violência na intimidade (Rossman et al, 1999), mito este que assenta em dois pressupostos distintos: o de que o homem nunca é vítima de violência e que, caso o seja, deve ser capaz de se defender (Island & Letellier, 1991) e o de que as mulheres não são violentas, sendo a violência doméstica resultado das diferenças de poder entre os géneros (Nunan, 2004).

A sociedade tende, assim, a ver as relações homossexuais como igualitárias e imunes à violência íntima, o que leva a que este fenómeno seja encarado como “uma briga justa entre iguais” (Nunan, 2004, p.10). Na verdade, os agressores homossexuais usam, frequentemente, este mito como forma de continuar a vitimar e a controlar os seus parceiros alegando que “ele também me bateu” para justificar o comportamento violento (Nunan, 2004).

Decorrente deste mito, surge um outro que se refere ao facto de se acreditar que o agressor é sempre maior, mais forte e mais “masculino” do que a vítima, mito este que apenas considera os aspectos físicos da violência (Nunan, 2004). No entanto, de acordo com uma investigação de Renzetti (1992), algumas mulheres lésbicas relataram que as suas parceiras agressoras eram mais pequenas e mais “femininas” do que elas próprias, o que as inibia de se defenderem, com medo de as magoarem.

Finalmente, outro mito frequente sobre as relações homossexuais diz respeito à suposta facilidade (emocional e financeira) que a vítima teria em abandonar a relação, uma vez que não se encontra legalmente casada com o/a agressor/a ou não se trata de um relacionamento estável (Nunan, 2004). Este mito baseia-se numa assumpção errónea relativa à natureza das relações homossexuais que tem por base a ideia de que todos os homossexuais são promíscuos e que os seus relacionamentos são meramente sexuais (não amorosos) e pouco duradouros (Nunan, 2004). No entanto, vários estudos sugerem que os casais homossexuais

estão tão envolvidos nos seus relacionamentos como os heterossexuais, e que 39% dos *gays* e lésbicas afirmam coabitar com os seus parceiros, uma percentagem semelhante aos 44% da população heterossexual que é casada (Peplau & Gordon, 1991).

Na nossa sociedade, fortemente influenciada por preconceitos deste cariz, é frequente que casais homossexuais descrevam as suas relações como “nós contra o mundo”, o que fortalece ainda mais os seus vínculos afectivos (Nunan, 2004, p.13). Neste sentido, quando estes relacionamentos se tornam violentos é natural que os sujeitos se sintam, por um lado, relutantes em aceitar a perda desse laço privilegiado e, por outro, inibidos em denunciar estas ocorrências, uma vez que receiam ser re-vitimados através da discriminação, rejeição e humilhação (Nunan, 2004).

### 1.5. Barreiras legais e institucionais à revelação

A acrescentar os impedimentos à revelação discutidos até agora, acresce a discriminação institucional dos indivíduos homossexuais (Antunes & Machado, 2005), patente até há pouco tempo a nível legislativo e que ainda perdura nas práticas das instituições de apoio às vítimas. Cabe, no entanto, dizer que a revisão do Código Penal Português de 2007 permitiu que os homossexuais vítimas de violência íntima também fossem abrangidos pela lei. Neste sentido, o actual artigo 152º do Código Penal Português prevê a aplicação de pena a “quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (nº1) a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação” (al.b). Esta alteração da lei constituiu um marco muito importante para a maior visibilidade deste fenómeno e tratamento igualitário das vítimas, independente da sua orientação sexual.

No que se refere à instituição policial, a Polícia de Segurança Pública admite receber queixas de violência entre casais homossexuais nos seus serviços (Ramos, 2006), embora as denúncias de *gays* e lésbicas contra os/as seus/suas companheiros/as sejam relativamente pouco frequentes. Efectivamente, a literatura sugere que, frequentemente, quando as vítimas de violência entre casais do mesmo sexo recorrem às instituições policiais, os polícias minimizam e ignoram a violência sofrida, não intervindo ou respondendo com hostilidade (Renzetti, 1998).

Por sua vez, no que se refere aos serviços sociais e redes de apoio para vítimas de violência doméstica, estes destinam-se quase totalmente a acolher mulheres batidas, sendo praticamente inexistentes para homens (sejam eles heterossexuais ou homossexuais).

Efectivamente, se as mulheres violentadas no seio de uma relação homossexual tipicamente não se sentem desejadas nos abrigos para mulheres batidas, no caso dos homens *gays* estes nem sequer têm essa opção (Curran & Renzetti, 1992). Assim, não é de admirar que num estudo levado a cabo por Lie e Gentlewarrier (1991), aproximadamente dois terços dos *gays* e lésbicas que compunham a amostra tenham relatado não procurar nenhuma rede de apoio listada no estudo, onde se incluíam grupos de apoio e abrigos para mulheres batidas.

Efectivamente, mesmo que uma lésbica recorra a um abrigo para mulheres batidas, esta não tem qualquer garantia de que os intervenientes serão sensíveis às suas necessidades específicas. Adicionalmente, corre o risco de entrar num abrigo em que tanto as residentes como os técnicos responsáveis podem ser homofóbicos, podendo ser re-vitimizadas e ostracizadas (Wilson, 1997).

Deste modo, *gays* e lésbicas necessitam que sejam criados serviços de apoio que reconheçam a violência entre casais do mesmo sexo como um problema sério que necessita de atenção, que integrem pessoal especializado nas questões da violência entre homossexuais e que possuam programas, anúncios e planos de prevenção e informação da comunidade especificamente dirigidos à violência íntima entre parceiros do mesmo sexo (Renzetti, 1998).

## **2. Objectivos do estudo**

Este estudo exploratório teve como objectivo determinar a prevalência de diferentes formas de vitimação e perpetração de violência nas relações homossexuais.

Para este efeito, considerámos que os comportamentos abusivos se traduzem em maus-tratos físicos, violência sexual e maus-tratos emocionais. Por sua vez, definimos como relações homossexuais as relações entre indivíduos que se auto-percepcionam como homossexuais (Fonseca, Soares, & Vaz, 2003) e que estão envolvidos ou já se envolveram em relacionamentos íntimos com parceiros do mesmo sexo.

## **3. Metodologia**

### 3.1. Amostra

Nesta investigação recorreremos a uma amostragem de conveniência recolhida em dois momentos diferentes (2005 e 2008), tendo nela participado indivíduos homossexuais (homens e mulheres) assumidos, que consentiram voluntariamente em colaborar no estudo. Quase todos os indivíduos pertencem a alguma associação de defesa dos direitos da população homossexual (e.g., “Opus Gay”, “Rede Ex Aequo”).

Variáveis	N	(%)	Variáveis	N	(%)
<b>Sexo</b>			<b>Envolvido(a) numa relação amorosa no momento</b>		
Masculino	54	35.8	Sim	91	60.3
Feminino	97	64.2	Não	59	39.1
<b>Profissões</b>			<b>Tipo de Relação Amorosa</b>		
Profissões intelectuais e científicas	30	19.9	Cohabitação	23	15.2
Operários qualificados e serviços	42	27.8	Ligação ocasional	9	6.0
Operários não qualificados	10	6.6	Ligação afectiva sem coabitação	29	19.2
Estudante	57	37.7	Nenhuma actualmente	36	23.8
Desempregado	3	2.3	Separação	2	1.3
Reformado	2	1.3			

### Quadro 1 – Caracterização da amostra

Como podemos ver no quadro 1, a amostra final foi constituída por 151 participantes, dos quais 64.2% são do sexo feminino e 35.8% do sexo masculino. A idade dos participantes estava compreendida entre os 15 e os 60 anos, sendo que a média de idades era de 29 anos.

Relativamente aos anos de escolaridade, 3 dos participantes possuíam o 6º ano, 16 participantes possuíam o 9º ano, 74 o 12º ano de escolaridade, 4 eram bacharéis, 42 eram licenciados, 2 tinham uma pós-graduação e 4 possuíam o grau de mestre.

### 3.2. Instrumento

O instrumento utilizado para a recolha dos dados foi o IVC - 3 (Inventário de Violência Conjugal, adaptado para as relações homossexuais por Costa & Machado, 2007). Este instrumento é composto por 21 itens, aos quais o participante responde reportando-se a comportamentos violentos ocorridos no último ano (perpetrados e sofridos) no contexto de uma sua relação amorosa. Na resposta ao questionário, é ainda pedido aos participantes que refiram a frequência com que ocorreu cada comportamento abusivo admitido.

Os itens reflectem vários tipos de comportamentos violentos, incluindo a violência física, emocional e sexual. Para além destes itens, foi acrescentada à versão anterior do IVC uma questão sobre o *outing*.

### 3.3. Procedimentos

A recolha de dados foi realizada com a ajuda de duas associações: a “Opus Gay” e a “Rede Ex Aequo” (núcleo de Lisboa e núcleo de Braga), que aceitaram participar no estudo quando contactadas por correio electrónico. Alguns dados foram também recolhidos através de contactos pessoais.

As duas associações encarregaram-se de fornecer os questionários aos seus associados. Este inventário foi entregue pessoalmente aos participantes, num envelope branco para garantir a confidencialidade e anonimato dos dados. Depois de preenchidos, os questionários foram remetidos às investigadoras pelo correio, com as despesas de envio previamente pagas.

Em relação aos dados recolhidos através de contactos pessoais, o instrumento foi também fornecido num envelope branco e foi directamente devolvido às investigadoras após o respectivo preenchimento.

### 3.4. Análise dos dados

As análises estatísticas foram realizadas no programa SPSS para Windows (versão 14), tendo-se recorrido à estatística descritiva e inferencial. Apesar de as taxas de prevalência obtidas serem variáveis intervalares, estas não cumpriram o pressuposto da normalidade, o que implicou que as análises estatísticas que envolviam estas dimensões como variáveis dependentes fossem realizadas através de testes não paramétricos.

## **4. Resultados**

### 4.1. Prevalência do abuso nas relações íntimas homossexuais

Da análise dos dados verifica-se que 39.1% dos participantes admitiram ter adoptado algum tipo de comportamento violento em relação aos seus parceiros íntimos, e que 37.7% revelaram ter sido vítimas de pelo menos um acto abusivo perpetrado pelo companheiro, no último ano. Os diferentes tipos de violência (física, sexual e emocional) e as respectivas percentagens de vitimação e perpetração são apresentados mais detalhadamente no gráfico 1.

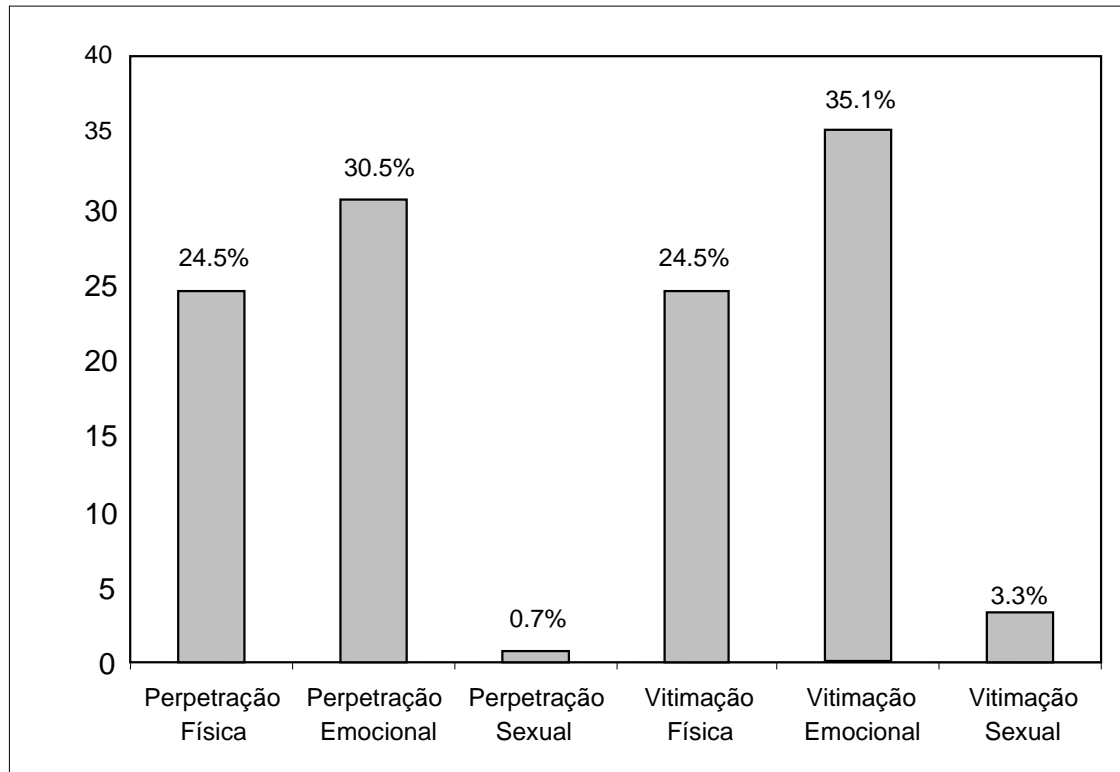


Gráfico 1 - Prevalência do abuso nas relações íntimas homossexuais

Analisando os diferentes comportamentos abusivos perpetrados, verificamos que a violência psicológica foi referida com maior frequência (30.5%), seguindo-se o maltrato físico (24.5%). No que concerne à violência sexual, apenas um participante admitiu a sua prática. O quadro 2 descreve os comportamentos violentos perpetrados, enunciando a sua frequência e respectiva percentagem.

Items	Perpetração					
	Nunca fiz		Já fiz uma única vez		Já fiz mais que uma vez	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
1.Puxar os cabelos com força	114	75.5	3	2.0	13	8.6
2.Insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou "ferir"	101	66.9	10	6.6	20	13.2
3.Dar uma bofetada	112	74.2	10	6.6	9	6.0
4.Apertar o pescoço	127	84.1	2	1.3	2	1.3
5.Ameaçar com armas ou usando de força física	127	84.1	2	1.3	2	1.3
6.Partir ou danificar coisas intencionalmente ou deitar a comida para o chão, para meter medo	122	80.8	5	3.3	4	2.6
7. Acordar a meio da noite, para causar medo	130	86.1	0	0	1	0.7
8. Dar um murro	125	82.8	2	1.3	4	2.6
9.Impedir o contacto com outras pessoas	128	84.8	0	0	3	2.0
10.Atirar com objectos à outra pessoa	122	80.8	4	2.6	5	3.3
11.Dar uma sova	129	85.4	1	0.7	1	0.7
12.Dar pontapés ou cabeçadas	127	84.1	2	1.3	1	1.3
13.Dar empurrões violentos	116	76.8	7	4.6	8	5.3
14.Perseguir na rua, no emprego ou no local de estudo, para causar medo	129	85.4	1	0.7	1	0.7
15.Bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão	131	86.8	0	0	0	0
16.Causar ferimentos que não precisaram de assistência médica	128	84.8	2	1.3	1	0.7
17.Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica	130	86.1	1	0.7	0	0
18.Forçar a outra pessoa a manter actos sexuais contra a sua vontade	130	86.1	0	0	1	0.7
19.Ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro necessário para as despesas quotidianas	129	85.4	2	1.3	0	0
20.Gritar ou ameaçar, para meter medo	105	69.5	11	7.3	15	9.9
21.Ameaçar revelar, ou revelar efectivamente, a orientação sexual contra a vontade da própria pessoa	129	85.4	1	0.7	1	0.7

Quadro 2 - Prevalência dos actos violentos perpetrados

Por sua vez, quanto à vitimação, os dados obtidos revelam que 35.1% dos participantes admitiram ter sido vítimas de pelo menos um acto de violência emocional, enquanto 24.5%



revelaram ter sido fisicamente agredidos pelo parceiro íntimo, no último ano. Finalmente, 3.3% dos inquiridos admitiram ter sofrido pelo menos um comportamento sexualmente violento por parte do companheiro durante esse período. O quadro 3 descreve esses comportamentos violentos, enunciando a sua frequência e respectiva percentagem.

Items	Vitimação					
	Nunca me fez		Já me fez uma única vez		Já me fez mais que uma vez	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
1.Puxar os cabelos com força	116	76,8	2	1,3	13	8,6
2.Insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou "ferir"	96	63,6	15	9,9	20	13,2
3.Dar uma bofetada	116	76,8	9	6,0	6	4,0
4.Apertar o pescoço	126	83,4	3	2,0	2	1,3
5.Ameaçar com armas ou usando de força física	127	84,1	1	0,7	3	2,0
6.Partir ou danificar coisas intencionalmente ou deitar a comida para o chão, para meter medo	123	81,5	4	2,6	4	2,6
7. Acordar a meio da noite, para causar medo	128	84,8	1	0,7	2	1,3
8. Dar um murro	122	80,8	5	3,3	4	2,6
9.Impedir o contacto com outras pessoas	117	77,5	4	2,6	10	6,6
10.Atirar com objectos à outra pessoa	124	82,1	2	1,3	5	3,3
11.Dar uma sova	129	85,4	2	1,3	0	0
12.Dar pontapés ou cabeçadas	128	84,8	2	1,3	1	0,7
13.Dar empurrões violentos	121	80,1	4	2,6	6	4,0
14.Perseguir na rua, no emprego ou no local de estudo, para causar medo	125	82,8	2	1,3	4	2,6
15.Bater com a cabeça contra a parede ou contra o chão	130	86,1	0	0	1	0,7
16.Causar ferimentos que não precisaram de assistência médica	127	84,1	2	1,3	2	1,3
17.Causar ferimentos que necessitaram de assistência médica	130	86,1	1	0,7	0	0
18.Forçar a outra pessoa a manter actos sexuais contra a sua vontade	126	83,4	2	1,3	3	2,0
19.Ficar com o salário da outra pessoa ou não lhe dar o dinheiro necessário para as despesas quotidianas	128	84,8	2	1,3	1	0,7
20.Gritar ou ameaçar, para meter medo	109	72,2	5	3,3	17	11,3
21.Ameaçar revelar, ou revelar efectivamente, a orientação sexual contra a vontade da própria pessoa	121	80,1	4	2,6	5	3,3

### Quadro 3 - Prevalência dos actos violentos recebidos

Analisando os diferentes comportamentos incluídos no instrumento utilizado, verifica-se que os actos mais frequentemente recebidos e perpetrados (cf. quadro 4) estão relacionados com “formas menos severas de violência” (Machado, Matos, & Moreira, 2003, p.77): insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”, partir ou danificar objectos intencionalmente ou deitar a comida para o chão para meter medo, gritar ou ameaçar para meter medo, e dar uma bofetada. O comportamento de revelar ou ameaçar revelar a orientação sexual do parceiro (*outing*) é também referido por alguns participantes deste estudo, quer como um comportamento recebido como perpetrado.

	Recebidos uma única vez	Recebidos mais do que uma vez	Perpetrados uma única vez	Perpetrados mais do que uma vez
Insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou ferir	9.9%	13.2%	6.6%	13.2%
Partir ou danificar objectos intencionalmente ou deitar a comida para o chão para meter medo	2.6%	2.6%	3.3%	2.6%
Gritar ou ameaçar para meter medo	3.3%	11.3%	7.3%	9.9%
Dar uma bofetada	6.0%	4.0%	6.6%	6.0%
“Outing”	2.6%	3.3%	0.7%	0.7%

### Quadro 4 - Actos de violência “menor” recebidos e praticados

Os actos de violência considerados mais graves (puxar os cabelos com força, atirar com objectos à outra pessoa, dar pontapés ou cabeçadas, dar empurrões violentos, perseguir na rua, no emprego ou no local de estudo, para causar medo) também estão presentes, mas são relatados com muito menor frequência (cf. quadro 5).

	Recebidos uma única vez	Recebidos mais do que uma vez	Perpetrados uma única vez	Perpetrados mais do que uma vez
Dar empurrões	2.6%	4.0%	4.6%	5.3%
Puxar os cabelos	1.3%	8.6%	2.0%	8.6%
Dar pontapés	1.3%	0.7%	1.3%	1.3%
Atirar com objectos	1.3%	3.3%	2.6%	3.3%
Perseguir para causar medo	1.3%	2.6%	0.7%	0.7%

Quadro 5 - Actos de violência grave recebidos e praticados

#### 4. 2. Associação entre as diferentes formas de violência sofrida e perpetrada

No que respeita à associação entre os diferentes modos de perpetração de violência, o teste de Spearman revela que existe uma correlação positiva muito significativa entre a perpetração física e a perpetração emocional, ou seja, que os indivíduos que agredem fisicamente os seus parceiros íntimos tendem também a agredi-los emocionalmente ( $\rho = 0.454$ ;  $p < 0.01$ ). Não encontramos associações estatisticamente significativas entre a perpetração de violência sexual e física ( $\rho = 0.152$ , n.s.), nem entre aquela e a perpetração de violência emocional ( $\rho = 0.108$ , n.s.).

Por sua vez, o teste de correlação de Spearman evidencia existir uma associação positiva estatisticamente significativa entre a vitimação física e emocional, ou seja, indivíduos que são fisicamente vitimados pelos seus parceiros tendem a sê-lo também emocionalmente ( $\rho = 0.617$ ,  $p < 0.01$ ). Do mesmo modo, existe também uma correlação positiva significativa entre a vitimação física e vitimação sexual ( $\rho = 0.276$ ,  $p < 0.01$ ), assim como entre a vitimação emocional e a vitimação sexual ( $\rho = 0.308$ ,  $p < 0.01$ ).

#### 4.3. Associação entre a vitimação e perpetração das várias formas de violência

Quando correlacionada a perpetração global com a vitimação global, o coeficiente de Spearman revelou uma forte correlação positiva entre ambas as variáveis, demonstrando que à medida que a perpetração aumenta, também aumenta a vitimação ( $\rho = 0.789$ ,  $p < 0.01$ ). Mais especificamente, a vitimação física está positivamente correlacionada com a perpetração física ( $\rho = 0.693$ ,  $p < 0.01$ ), sendo que a vitimação emocional também se correlaciona positivamente com

a perpetração emocional ( $\rho= 0.736$ ,  $p<0.01$ ) e a vitimação sexual com a perpetração sexual ( $\rho= 0.447$ ,  $p<0.01$ ).

A associação entre os diferentes tipos de vitimação e perpetração sinaliza a tendência para que quem foi vítima de violência também tenha sido perpetrador em algum momento, e vice-versa, não significando, porém, que a violência seja recíproca.

#### 4.4. Associação entre variáveis demográficas e violência

##### *a. Género*

O teste de qui-quadrado revela que não há associações estatisticamente significativas entre o género e a perpetração física ( $X^2(1)= 0.300$ , n.s.) ou sexual ( $X^2(1)= 0.468$ , n.s.). No entanto, no que se refere à perpetração emocional há uma associação positiva entre esta e o género, com mais homens representados entre os agressores emocionais ( $X^2(1)= 0.06$ ,  $p<0.01$ ).

Relativamente à vitimação, não se verificam associações entre o género e a vitimação física ( $X^2(1)= 0.179$ , n.s.), emocional ( $X^2(1)=0.319$ , n.s.) ou sexual ( $X^2(1)=0.786$ , n.s.).

##### *b. Idade*

O teste *t* revelou existir uma diferença etária significativa entre agressores físicos e não agressores, com os indivíduos mais jovens a admitirem cometer mais actos de violência física ( $t(128)=2.02$ ,  $p<0.05$ ). Por outro lado, estes resultados não se replicam ao nível da perpetração de violência emocional ( $t(129)= 0.168$ , n.s.) nem sexual ( $X^2(1)= 0.468$ , n.s.).

Relativamente à vitimação, não existem diferenças etárias significativas entre vítimas e não vítimas emocionais ( $t(128)=0.143$ , n.s.) ou sexuais ( $X^2(1)=0.786$ , n.s.). No entanto, os indivíduos mais jovens admitem mais frequentemente ser vítimas de violência física ( $t(129)=2.34$ ,  $p<0.05$ ).

## **5. Discussão dos resultados**

Os dados de prevalência encontrados neste estudo apontam para níveis preocupantes de violência nas relações íntimas homossexuais, superiores aos que tinham até agora sido identificados no nosso país. Efectivamente, se atendermos aos resultados encontrados na nossa investigação – 39.1% dos participantes assumiram ter perpetrado comportamentos abusivos e 37.7% referiram ter sido vítimas desse tipo de comportamentos no ano anterior ao estudo – estes são superiores aos níveis de violência encontrados no estudo de Antunes e Machado (2005), no qual 20.6% dos participantes revelava já ter sido vítima de pelo menos um acto abusivo e 15.9% admitia já ter agredido o/a parceiro/a.

Numa primeira análise, poderíamos atribuir esta diferença de resultados às diferentes idades das amostras: uma média de idades de 29 anos no nosso estudo e de 37 anos no estudo de Antunes e Machado (2005), tanto mais que os sujeitos mais jovens relataram neste estudo maiores níveis de perpetração e vitimação física. Por esse motivo, torna-se relevante comparar os nossos resultados com os de outros estudos nacionais que se centraram na população juvenil, ainda que os únicos dados disponíveis se refiram a relacionamentos maioritariamente heterossexuais. Contudo, se analisarmos, por exemplo, os dados de uma investigação realizada sobre a violência nas relações íntimas dos jovens portugueses (Caridade, 2008) com um instrumento análogo ao que utilizámos (IVC-2), verificamos que os seus resultados são, ainda assim, inferiores aos nossos: 30.6% de perpetração e 25.4% de vitimação. Assim, os resultados encontrados não parecem unicamente atribuíveis ao efeito da idade, antes decorrendo, provavelmente, de especificidades das amostras destes estudos com participantes homossexuais (ambas de conveniência e relativamente reduzidas).

Apesar desta discrepância, cabe salientar que os níveis de prevalência obtidos neste estudo vão de encontro aos resultados encontrados por outros investigadores internacionais (e.g., Brand & Kidd, 1986; Freedner et al, 2002; Waterman, 1989). Por exemplo, num estudo de Bologna e colaboradores (1987), 40% das mulheres questionadas relataram ser vítimas de violência na sua actual relação e 64% tinham sido vítimas de violência em relacionamentos anteriores. Do mesmo modo, 56% das participantes admitiu ter sido fisicamente agressiva com a parceira em relações passadas e 54% revelou cometer actos fisicamente violentos no relacionamento actual.

Os comportamentos abusivos relatados pelos participantes neste estudo são sobretudo de violência física e psicológica, havendo uma frequência bastante reduzida de comportamentos sexualmente abusivos. Cabe, no entanto, perguntar se tal não se deve sobretudo ao facto de, tal como nas relações heterossexuais, muitas vítimas e agressores terem dificuldade em perceber um acto sexualmente coercivo como um comportamento violento, interpretando-o antes como fazendo parte das “obrigações e deveres” inerentes a qualquer relação íntima.

Apesar de não se verificar uma diferença muito significativa entre a ocorrência de violência física e emocional, os maus-tratos psicológicos surgem com maior frequência do que o abuso físico, sendo este predominantemente constituído por actos de “pequena violência” (Machado, Matos, & Moreira, 2003). Efectivamente, a literatura sugere que enquanto a violência física e sexual podem ocorrer esporadicamente, as agressões psicológicas tendem a suceder diariamente, sendo esta uma das razões pelas quais podem resultar em consequências mais negativas para a vítima do que outros tipos de violência (Nunan, 2004).

Por outro lado, cumpre salientar que estes actos menos graves não ocorrem isoladamente. Efectivamente, através dos resultados apresentados nos quadros 2 e 3 verificamos que a maior parte das formas de violência relatadas pelos participantes ocorreram mais do que uma vez e não

pontualmente, parecendo enquadrar-se no que Renzetti (1992) caracteriza como um padrão de eventos que se repete de forma cíclica, tornando-se, tendencialmente, cada vez mais severos.

Uma outra dimensão dos resultados que é importante analisar é a existência de uma correlação positiva entre a perpetração e vitimação das várias formas de violência. Com efeito, os dados obtidos nesta investigação apontam para a existência de uma correlação significativa entre o experienciar e o perpetrar de violência, o que pode sugerir que a vítima também agride, talvez para se defender da violência exercida pelo parceiro ou para tentar parar a agressão (Burstow, 1992). Uma outra hipótese explicativa é que o padrão de violência se pautela pela agressão mútua, sem distinção clara entre um agressor e uma vítima, tal como sugerido por Island e Letellier (1991). Contudo, embora alguns estudos sustentem a hipótese de que a violência entre casais homossexuais poderá ser mútua - num estudo de Lie, Schilit, Bush, Montagne, e Reyes (1991) verificou-se que 39% dos sujeitos, vítimas e abusadores, classificavam a violência como tal -, outros justificam os actos violentos das vítimas como auto-defesa. Renzetti (1992), por exemplo, verificou que 64% dos seus participantes caracterizava o seu comportamento agressivo como defensivo. Esta é, claramente, uma questão que merece investigação futura.

Finalmente, importa analisar a existência de uma relação significativa entre a idade e a violência física. Efectivamente, os resultados deste estudo apontam para o facto de os jovens surgirem como mais frequentemente vítimas e perpetradores de agressão física, o que poderá sugerir que estes indivíduos, pelo sua menor maturidade emocional e relacional, poderão possuir mecanismos de *coping* mais frágeis, usando a violência como mecanismo de resolução de problemas (Stets & Pirog-Good, 2002, cit. Cyr *et al.*, 2006).

Os resultados obtidos nesta investigação devem ser interpretados cautelosamente, atendendo às suas limitações. Deste modo, é importante considerar que este estudo ignorou diferenças qualitativas, tipificando como vítima qualquer participante que tivesse experienciado um acto agressivo e considerando como agressores todos aqueles que perpetraram um qualquer acto de violência. Por outro lado, o estudo não atendeu aos motivos que poderão ter conduzido aos actos violentos (e.g., auto-defesa) nem aos efeitos da utilização desse tipo de actos (e.g., escalada de violência). É também importante referir que, devido à enorme dificuldade de acesso à população homossexual, a amostra utilizada é reduzida e não representativa. Na verdade, quase todos os participantes deste estudo pertencem a alguma organização homossexual, representando uma minoria particularmente activa, consciente e informada, que não corresponde ao todo da população homossexual, “escondida” da homofobia social. Finalmente, uma outra limitação significativa deste estudo prende-se com a falta de controlo sobre o contexto de preenchimento do instrumento. Com efeito, poderá ter acontecido que algumas vítimas ocultassem comportamentos violentos devido à

pressão dos parceiros ou com medo de represálias por parte destes. Do mesmo modo, embora o questionário fosse anónimo e confidencial, alguns agressores podem ter omitido condutas violentas por não interpretarem os seus actos como abusivos (e.g., violência sexual) ou pela deseabilidade social inerente ao tema.

Neste sentido, torna-se imprescindível o investimento em estudos futuros sobre este objecto, não só quantitativos mas também qualitativos, que contemplem uma amostra mais alargada e representativa da população homossexual portuguesa. Este alargamento da amostra permitirá, no plano quantitativo, adquirir mais certezas sobre as taxas de prevalência reais entre esta população, clarificando as discrepâncias entre este estudo e o de Antunes e Machado (2005). Por outro lado, o desenvolvimento de uma abordagem qualitativa a este assunto permitirá compreender os significados, motivos e contextos da violência experienciada e perpetrada por *gays* e lésbicas, o que levará a uma crescente (e necessária) visibilidade deste fenómeno.

## **6. Conclusão**

Apesar das necessárias reservas na interpretação dos resultados obtidos, este estudo permitiu desvendar, para a população portuguesa, uma realidade que tem sido largamente ignorada quando abordado o tema da violência doméstica – a violência nas relações homossexuais – demonstrando a urgência de não restringir a abordagem deste tema às relações “tradicionais” (Antunes & Machado, 2005).

Efectivamente, a prevalência encontrada para os actos abusivos estudados alerta-nos para a necessidade de maximizarmos a visibilidade deste fenómeno já que, tal como nos relacionamentos heterossexuais, também os casais do mesmo sexo frequentemente recorrem à violência como modo de lidar com os problemas da relação afectiva. Aliado a isto, se considerarmos as dificuldades acrescidas com que *gays* e lésbicas vítimas de violência doméstica se deparam (e.g., a discriminação e homofobia social), percebemos que estas vítimas necessitam de particular atenção e apoio. De facto, num contexto social preconceituoso, sem campanhas de informação adequadas ou serviços específicos, muitas vítimas de violência íntima não são sequer capazes de reconhecer as suas relações como abusivas (Nunan, 2004).

Neste sentido, no futuro, seria importante criar serviços de apoio à vítima homossexual que atendessem às suas necessidades específicas ou, pelo menos, alargar os serviços já existentes para mulheres vítimas de violência à comunidade homossexual. No entanto, é de lembrar que, nos dias de hoje, o maior desafio face à violência nas relações homossexuais continua a ser a “cegueira” social (Antunes & Machado, 2005, p.10) inerente a uma homofobia institucionalizada e internalizada.

Assim, é crucial que as próprias instituições deixem de alimentar a crença de que as relações homossexuais são imunes à violência, acreditando que a igualdade de género basta para assegurar a igualdade de poder, de modo a fornecer serviços apropriados e especializados e a desenvolver políticas sociais efectivas para a prevenção do problema da violência na intimidade (Gelles, 1997).

### **Bibliografia**

- Antunes, R. & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psychologica*, 39, 167-187.
- Bologna, H., Waterman, C., & Dawson, C. (1987). *Violence in gay male and lesbian relationships: implications for practitioners and policy makers*. Paper presented at the Third National Conference for Family Violence Researchers. Durham: University of North Carolina at Chapel Hill.
- Brand, P. & Kidd, A. (1986). Frequency of physical aggression in heterosexual and female homosexual dyads. *Psychological Reports*, 59, 1307-1313.
- Bryant, A. & Demian, R. (1994). Relationship characteristic of American gay and lesbian couples: findings from a national survey. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, 1, 101-117.
- Código Penal (31 de 2004) actualizado pela lei nº 59/2007 de 4 de Setembro de 2007.
- Curran, D. & Renzetti, C. (1992). *Women, men and society*. Boston: Allyn and Bacon.
- Cyr, M., McDuff, P., & Wright, J. (2006). Prevalence and predictors of dating violence among adolescent female victims of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 1000-1017.
- Freedner, N., Freed, L., Yang, Y., & Austin, S. (2002). Dating violence among gay, lesbian, and bisexual adolescents: Results from a community survey. *Journal of Adolescence Health*, 31, 469-474.
- Gelles, R. (1997). *Intimate violence in families*. California: Sage Publications.



- Hansen, M. & Harway, M. (1993). *Battering and family therapy – a feminist perspective*. California: Sage Publications.
- Island, D. & Letellier, P. (1991). *Men who beat the men who love them: battered gay men and domestic violence*. New York: Harrington Park.
- Letellier, P. (1994). Gay and bisexual male domestic violence victimization: challenges to feminist theory and responses to violence. *Violence and Victims, 9*, 95-106.
- Lie, G. & Gentlewarrier, S. (1991). Intimate violence in lesbian relationships: Discussion of survey findings and practice implications. *Journal of Social Service Research, 15*, 41-59.
- Lie, G., Schilit, R., Bush, J., Montagne, M., & Reyes, L. (1991). Lesbians in currently aggressive relationships: How frequently do they report aggressive past relationships? *Violence and Victims, 6*, 121-135.
- Lockhart, L., White, B., Causby, V., & Isaac, A. (1994). Letting out the secret: violence in lesbian relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 9*, 469-492.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica, 33*, 69-83.
- McKirnan, D. & Peterson, P. (1989). Alcohol and drug abuse among homosexual men and women: Epidemiology and population characteristics. *Addictive Behavior, 14*, 545-553.
- Merril, G. (1998). Understanding domestic violence among gay and bisexual men. In R. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (p. 129-141). California: Sage Publications.
- Nunan, A. (2004). Violência doméstica entre casais homossexuais: O segundo armário? *PSICO, 35*, 69-78.
- Ramos, D. (2006, 30 Março). *Agressões entre casais gay estão a crescer*. Consultado Dezembro 26, 2007, em <http://igualdadencasamento.wordpress.com/2006/03/30/agressoes-entre-casais-gay-estao-a-crescer/>.
- Renzetti, C. (1992). *Violent betrayal: partner abuse in lesbian relationships*. California: Sage Publications.

Renzetti, C. (1998). Violence and abuse in lesbian relationships. Theoretical and empirical issues.

In R. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence*, (p. 117-127). California: Sage Publications.

Rossmann, B., Huges, H., & Rosenberg, M. (1999). *Children and interparental violence: The impact of exposure*. Philadelphia: Taylor and Francis.

Walsh, F. (1996). Partner abuse. In D. Davies, & C. Neal (Eds.), *Pink therapy: A guide for counsellors and therapists working with lesbian, gay and bisexual clients* (p. 188-198). Buckingham: Open University Press.

West, C. (1998). Leaving a second closet: outing partner violence in same-sex couples. In J. Jasinski & L. Williams (Eds.), *Partner violence. A comprehensive review of 20 years of research* (p. 163-184). California: Sage Publications.

Wilson, K. (1997). *When violence begins at home – a comprehensive guide to understanding and ending domestic abuse*. Salt Lake City: Hunter House Publishers.